



Em 10 capitais brasileiras, maioria dos internautas supera a escolaridade dos pais, mas menos da metade alcança renda maior do que a geração anterior

17 de setembro de 2026

A pesquisa **Viver nas Cidades: Desigualdades e Mobilidade Social** é uma realização do Instituto Cidades Sustentáveis, executada pela Ipsos-Ipec, com 3.500 entrevistas distribuídas entre as cidades de Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Goiânia, considerando internautas com 16 anos ou mais que moram nessas cidades há pelo menos dois anos.

Os dados sobre mobilidade social demonstram que os internautas brasileiros percebem avanços importantes em sua trajetória educacional, mas encontram mais dificuldades para transformar esses ganhos em melhorias econômicas.

Ao comparar sua situação atual com a de seus pais quando tinham a mesma idade, 73% afirmam ter alcançado um nível de escolaridade mais elevado. Já a proporção daqueles que dizem possuir renda maior do que a dos pais é de 46%. E, em relação à moradia, 51% consideram ter alcançado uma situação melhor que a da geração anterior.

A pesquisa também investigou a percepção de evolução da própria condição de vida nos últimos cinco anos. Nesse período, 44% afirmam ter melhorado sua escolaridade, 45% relatam aumento de renda e 41% dizem ter melhorado sua condição habitacional.

“Os resultados mostram que a educação continua sendo o principal vetor de mobilidade social no país. Sob a ótica das ciências sociais, a ausência de mobilidade educacional significaria uma forte reprodução das desigualdades entre gerações. Contudo, ela não é suficiente, por si só, para eliminar as desigualdades estruturais. O acesso a melhores rendas e condições de moradia também depende de fatores como origem social, patrimônio familiar, redes de relacionamento, oportunidades no mercado de trabalho e contexto econômico.”, diz Patricia Pavanelli, diretora de opinião pública e política da Ipsos-Ipec.

Embora majoritária, percepção de aumento da fome e da pobreza diminui

O estudo também revela que 59% dos respondentes acham que o número de pessoas em situação de fome e pobreza em sua cidade aumentou nos últimos 12 meses, índice inferior aos 66% registrados na rodada anterior. A percepção de agravamento continua majoritária em todas as capitais pesquisadas, com destaque para São Paulo (66%), Porto Alegre (63%) e Manaus (63%). Em contrapartida, Goiânia (50%) e Fortaleza (48%) apresentam os menores percentuais de percepção de aumento. Ademais, observa-se queda na percepção na comparação entre os dois estudos sobretudo em Belém (-11 pontos percentuais), Fortaleza (-9 pontos) e Belo Horizonte (-9 pontos).

Quando questionados sobre quais medidas deveriam ser adotadas pelas administrações municipais para enfrentar a fome e a pobreza, os internautas apontam de forma consistente a geração de empregos como principal prioridade. Criar políticas de garantia de emprego foi mencionado por 73% dos participantes, mantendo praticamente o patamar da pesquisa anterior (74%). Em seguida aparecem o fortalecimento ou ampliação da assistência social (58%, ante 54% em 2025) e a garantia de renda mínima suficiente para pessoas em situação de vulnerabilidade (50%, estável em relação ao levantamento anterior). Apenas 2% consideram que as ações atualmente oferecidas já são suficientes.

Estabilidade da renda não reduz percepção de vulnerabilidade

Apesar de prevalecer a percepção de crescimento da pobreza e da fome, a maior parte dos internautas declara que sua renda pessoal ficou estável nos últimos 12 meses. Ao todo, 45% relatam estabilidade, 31% dizem que a renda diminuiu e 18% afirmam que aumentou.

Embora o saldo entre aumento e diminuição da renda continue negativo, houve uma discreta melhora em relação à rodada anterior. O percentual daqueles que relatam queda varia de 34% para 31%.

Porto Alegre apresenta o cenário mais desfavorável entre as capitais pesquisadas, com 39% dos participantes declarando que sua renda diminuiu no último ano.

Renda extra virou realidade para seis em cada dez internautas

A pesquisa revela ainda que recorrer a fontes complementares de renda tornou-se uma prática amplamente disseminada nas cidades pesquisadas. Seis em cada dez respondentes (61%) afirmam ter realizado algum tipo de atividade extra para complementar ou obter renda nos últimos 12 meses, percentual superior ao registrado na rodada anterior (56%).

A prática é ainda mais frequente entre pessoas das classes DE (67%), aqueles com escolaridade fundamental (67%), os que pertencem à famílias com renda de até dois salários mínimos (69%) e aqueles que têm deficiência ou convivem com alguém com alguma deficiência (69%).

Na comparação com o dado de 2025, o crescimento da busca por renda complementar é mais acentuado, especialmente, em Goiânia (+14 pontos percentuais), Porto Alegre (+10 pontos) e Salvador (+7 pontos).

As atividades mais citadas são os chamados "bicos" de serviços gerais (18%), venda de roupas e objetos usados (13%) e produção de alimentos para venda (11%).



Alimentação segue pressionando orçamento das famílias

A alimentação permanece como o principal fator de pressão sobre o orçamento doméstico. Na rodada atual, 87% dos internautas das cidades pesquisadas apontam os gastos com alimentação como um dos itens que mais impactam suas finanças familiares (em 2025 eram 84%).

Na sequência aparecem gastos com saúde e moradia, indicados por 57% dos participantes, cada um. Custos com transporte são mencionados por 35% dos respondentes, enquanto educação aparece com 18%.

Os resultados revelam mudanças nos hábitos alimentares associadas às restrições orçamentárias. O consumo de ovos cresce entre 35% dos participantes, enquanto parcelas significativas afirmam ter reduzido o consumo de frutas, legumes e verduras (30%), carnes (41%) e laticínios (34%).

Nas classes DE os sinais de restrição alimentar são ainda mais evidentes. Entre esses, 41% afirmam ter reduzido o consumo de laticínios, 39% reduziram o consumo de carnes e, 36% dizem ter diminuído a ingestão de frutas, legumes e verduras.

Sobre a Pesquisa

A pesquisa *Viver nas Cidades: Desigualdades e Mobilidade Social* é uma realização do Instituto Cidades Sustentáveis e da Ipsos-Ipec, com apoio da Fundação Grupo Volkswagen e cofinanciamento da União Europeia. O objetivo é verificar a percepção dos internautas residentes em dez capitais brasileiras sobre temas relevantes relacionados a desigualdades sociais e econômicas.

A pesquisa contempla dois levantamentos com 3.500 entrevistas (cada uma) realizadas de forma online e executados em momentos distintos: a coleta dos dados sobre mobilidade social foi realizada de 1 a 27 de dezembro de 2025, e as demais perguntas aplicadas entre os dias 1 e 20 de julho de 2026.

O universo considera internautas de 16 anos ou mais das classes ABCDE, residentes há pelo menos dois anos em 10 capitais brasileiras: Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Goiânia. As amostras foram elaboradas com base em dados do CENSO 2022, PNADC 2024 e dados da Ipsos-Ipec, com controle de cotas por sexo, idade, classe social e ocupação. O nível de confiança é de 95% e a margem de erro para o total da amostra é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos. Para os resultados por capital, a margem de erro pode variar de 4 a 6 pontos percentuais, de acordo com a amostra da cidade.

Realizada no âmbito do Programa Cidades Sustentáveis, a pesquisa conta com o cofinanciamento da União Europeia, como parte do “Programa de fortalecimento da sociedade civil e dos governos locais para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”. O projeto tem como parceiros institucionais a Frente Nacional dos Prefeitos e Prefeitas (FNP) e a Estratégia ODS.



Sobre o Instituto Cidades Sustentáveis

O Instituto Cidades Sustentáveis (ICS) é uma organização da sociedade civil criada em 2007, com o objetivo de fortalecer as instituições públicas e a democracia, bem como promover o debate sobre o enfrentamento das mudanças climáticas. Produzem conteúdos, metodologias e ferramentas de apoio à gestão pública municipal e ao desenvolvimento de projetos em rede, utilizando como base indicadores de desempenho nas diversas áreas de atuação da administração pública.

A atuação do ICS envolve também a articulação, mobilização e sensibilização de gestores públicos municipais para a implementação de políticas públicas que promovam a melhoria da qualidade de vida da população em seus variados aspectos. Esse trabalho é desenvolvido em duas frentes: a Rede Nossa São Paulo, com foco na capital paulista; e o Programa Cidades Sustentáveis, de âmbito nacional, voltado para todos os municípios brasileiros.